

Rede e território: reflexões sobre a rede agroindustrial do tabaco, circuito espacial de produção e círculos de cooperação na região sul do Brasil

Network and territory: reflections on the tobacco agro-industrial network, spatial circuit production and cooperation circles in southern Brazil

Rogério Leandro Lima da Silveira

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Departamento de História e Geografia – UNISC – RS, Brasil

Doutor em Geografia pela UFSC

rlls@unisc.br

Resumo

A principal característica estrutural da atividade agroindustrial é a afirmação de uma racionalidade organizacional que simultaneamente valoriza a especialização, a articulação e a interconexão de distintos atores sociais que se localizam e operam no território desde diferentes escalas. Tal compreensão permite pensar a organização e funcionamento dos complexos agroindustriais a partir do conceito de rede, e estimula também refletir sobre a dinâmica relacional entre rede e território. A reflexão aqui proposta aborda o uso do conceito de rede na compreensão analítica e metodológica, das relações existentes entre um dado complexo agroindustrial, que se organiza e funciona sob a forma de uma rede, e o território. Busca-se avançar empiricamente essa reflexão cotejando-a com a constituição e funcionamento da rede agroindustrial do tabaco na região Sul do Brasil, através da análise de seus circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação.

Palavras-chave: Rede, Território, Complexo Agroindustrial, Tabaco, Região Sul do Brasil.

Abstract

Nowadays the main structural characteristic of the agro-industrial activity is the affirmation of an organizational rationality that simultaneously valorizes the specialization, the articulation and the interconnection of distinct social actors that are located and operate in the territory from different scalar levels. Such comprehension permits to think the organization and functioning of the agro-industrial complexes through the network concept, and also stimulates to reflect upon the relational dynamics between network and territory. The reflection that is proposed here approaches the use of the network concept in the analytical and methodological comprehension of the existing relations between certain agro-industrial complex, which is organized and functions under a network form, and the territory. We seek to advance empirically in this reflection, comparing it with the constitution and functioning of an agro-industrial tobacco network in South Brazil, through the analysis of its spatial production circuits and cooperation circuits.

Key-words: Network, Territory, Agro-industrial Complex, Tobacco, South Brazil.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas a agricultura brasileira em seu segmento agroindustrial tem experimentado intensas e rápidas transformações. A globalização econômica tem sido importante vetor de mudanças envolvendo a reestruturação produtiva e organizacional dos principais ramos agroindustriais direcionados à exportação, como são os casos da soja, do café, da laranja, da cana-

de-açúcar, e também do tabaco. Essas mudanças, segundo Graziano da Silva (1996) e Elias (2003), têm sido possibilitadas, principalmente, por meio da ampliação da industrialização da agricultura e da integração de capitais (agrário, comercial, industrial e financeiro) através da criação e consolidação, nesse período, dos chamados complexos agroindustriais (CAIs).

A modernização da agricultura comercial e empresarial, ou mais exatamente, do agronegócio no Brasil, tem representado igualmente a promoção de mudanças na organização, equipamento e nos usos do território pelo conjunto de atores sociais envolvidos. Para Santos e Silveira (2001), essas mudanças são verificadas, por exemplo, no processo em curso de urbanização do campo através da difusão do consumo produtivo rural, na redefinição do alcance territorial dos círculos de cooperação e dos circuitos espaciais de produção da agricultura moderna, e na crescente complexificação da divisão territorial do trabalho entre o campo e a cidade, e entre as cidades que participam do processo de agroindustrialização e comercialização da produção agrícola.

Todavia, a abordagem em relação à organização e ao uso do território é ainda pouco explorada nos estudos sobre a dinâmica da atividade agroindustrial, no âmbito das ciências sociais. De modo corrente, a variável espacial tem sido abordada enquanto espaço absoluto, ou seja, como simples localização espacial das sucessivas etapas produtivas que integram o complexo agroindustrial. Assim, nosso objetivo aqui é o de refletir sobre a dinâmica relacional existente entre o desenvolvimento da atividade agroindustrial e a organização do território.

Partindo do pressuposto de que a principal característica estrutural presente na atividade agroindustrial é a afirmação de uma racionalidade organizacional que simultaneamente valoriza a especialização, a articulação e a interconexão dos distintos atores sociais que se localizam e operam em diferentes níveis escalares. Tal compreensão nos estimula a pensar essa temática a partir do conceito de rede. Nesse sentido, a presente reflexão orienta-se através da seguinte questão: A rede pode permitir, analítica e metodologicamente, apreender as relações existentes entre um dado complexo agroindustrial e o território? Buscando respondê-la, organizamos nossa reflexão em três tópicos.

Inicialmente, destaca-se as principais teses que orientam, desde as ciências sociais e principalmente desde a Geografia, o debate contemporâneo sobre a relação rede e território. A seguir, a abordagem das principais mudanças verificadas na organização e no funcionamento dos complexos agroindustriais no país, bem como analisamos os distintos usos e aplicações que o conceito de rede vem tendo na abordagem da atividade agroindustrial. Por fim, torna-se necessário abordar o avanço empírico a essa reflexão teórico-metodológica cotejando-a com a realidade do complexo agroindustrial do tabaco instalado na região Sul do Brasil. Nela aborda-se as principais características e particularidades da constituição e do funcionamento do que denominamos rede agroindustrial do tabaco, enquanto forma de organização espacial do CAI do tabaco, através da

análise da configuração e desenvolvimento do circuito espacial de produção do tabaco e dos círculos de cooperação que constituem esta rede agroindustrial.

2. O DEBATE SOBRE A REDE E SUA RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO

O período em que vivemos tem se caracterizado por um contexto em que se verifica uma crescente aceleração principalmente de quatro grandes fluxos que atravessam o espaço geográfico em praticamente todas as direções e escalas geográficas: fluxos migratórios, os fluxos de mercadorias, os fluxos de informações e os fluxos de capitais. Atravessando fronteiras esses fluxos acabam por introduzir novos problemas, gerando novas condições e novos desafios advindos de redes mais complexas e ao mesmo tempo mais livres de controles territoriais (DIAS, 2005).

Simultaneamente, com o avanço das técnicas e sistemas reticulares de informação e de comutação de dados, imagens, hipertextos e sons através da telemática – a associação da informática e das telecomunicações –, possibilitou-se extraordinária expansão da internet no espaço mundial, afirmando uma nova representação da rede como uma um organismo planetário, em que a própria sociedade, nas palavras de Castells (1997), organiza-se socialmente em rede.

Além disso, a própria dinâmica da vida cotidiana, ainda que de modo e intensidade desigual nos distintos países, também acaba por contribuir para que a figura ou a noção de rede se imponha pelo uso e referência permanentes. Assim, acessando ou conectando diferentes redes em nosso espaço de vida, como a rede elétrica, a rede de comunicação, a rede de transportes, a rede urbana, a rede de empresas e a rede social.

Por conta disso, e pelo seu caráter multidimensional e sua polissemia, a rede acaba afirmando, sobretudo nas áreas urbanas, sua onipresença e sua onipotência (MUSSO, 2003). Essa condição de muitos usos e referências tem também tornado a rede uma metáfora ubíqua, o que tem levado a perda de sua precisão analítica (THOMPSON, 2003).

Nesse contexto, o debate crítico sobre o significado e o uso do conceito de rede vem sendo ampliado através de uma extensa e diversa agenda de pesquisa envolvendo distintas proposições e abordagens disciplinares. Do ponto de vista da contribuição das Ciências Humanas em especial, e da Geografia em particular, alguns aspectos merecem ser destacados.

Um primeiro é de que no atual contexto de afirmação dos fluxos e de consequente demanda de maior fluidez e funcionalidade técnica aos territórios, pensar a noção de rede implica que consideremos seu caráter instável pela dinamicidade de sua constituição e funcionamento. De acordo com Lucien Sfez, “A rede é uma estrutura de interconexão instável e sua estrutura reticular é composta de elementos em interação, cuja variabilidade segue algumas regras de funcionamento”. Para ele, essa instabilidade ocorre “porque as variações do fluxo induzem conexões novas a cada

etapa – extensão, redução ou novo tecer da rede – mas também adaptação do organismo às novas condições do ambiente” (SFEZ, 2001, p.97).

Implica também considerar a existência de duas dimensões complementares que toda rede expressa: a formal e a constitucional. Quanto a sua forma e materialidade a rede, segundo Curien e Gensollen (1985) é toda infraestrutura, que permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, se inscreve sobre um território. Por sua vez, quanto à sua constituição, ao seu conteúdo e à sua essência, a rede “é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam” (SANTOS, 1996, p.209).

Um segundo aspecto se refere às propriedades inerentes à rede. Para Dias (1995), a rede apresenta a propriedade de conexidade, isto é, através da conexão de seus nós ela, simultaneamente, tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem. Além disso, ela destaca que a rede é uma forma particular de organização, e no âmbito dos processos de integração, de desintegração e de exclusão espacial ela “aparece como instrumento que viabiliza (...) duas estratégias: circular e comunicar” (DIAS, 1995, p.147).

Musso assinala que a razão mesmo de ser da rede é a mediação ou a capacidade de intermediar, em que o inter também se apresenta como intersecção (de linhas), como interação (física ou mecânica), como interrelação (social), como intermediação (econômica), ou como interconexão (comunicação). O “inter” designa a relação de troca e a função de passagem “entre dois”, atores ou lugares interligados e presentes na dinâmica de funcionamento da rede (MUSSO, 2003). Grifos nosso.

Um terceiro aspecto a considerar se refere ao fato de que a rede além de ser animada por fluxos, é também dinâmica e ativa, mas não traz em si mesma seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Este é produzido tanto por dinâmicas locais quanto globais, notadamente demandadas pelas grandes organizações (SANTOS, 1996). Ou seja, deve-se ter presente que a rede não pode ser pensada enquanto protagonista que diretamente determina economias e influenciam sociedades, ou mesmo que promove uma inexorável desterritorialização (OFFNER, 2001). A rede deve ser entendida como produto da sociedade em determinado momento histórico, e acima de tudo como suporte de ações. Nessa perspectiva, Dias (2005, p.23), assinala “a rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa a escala das ações sociais. As escalas não são dadas a priori, porque são construídas nos processos. (...) Nem local, nem global, a rede conecta diferentes pontos ou lugares mais ou menos distantes e permite a ampliação da escala da ação humana até a dimensão global”.

Em um quarto aspecto, entende-se que a realidade da interação entre rede e território tem negado os mitos da desterritorialização e de um espaço dual, bem como aquele dos possíveis efeitos estruturantes que a rede tem sobre o território (OFFNER, 2001). Todavia, a rede não é neutra quanto à dinâmica territorial, ela torna possível a criação ou o reforço da interdependência entre os

lugares, formando um sistema. De acordo com Offner e Pumain (1996), a rede também não cria um espaço dual, mas pode contribuir para a produção de desigualdades territoriais. A rede ao ligar pontos e lugares, tanto é um fator de coesão, de solidariedade, de integração territorial, como de transgressão, de desordem e de exclusão de territórios, quando opõem sua lógica funcional às malhas institucionais.

Como último aspecto, destaca-se a contribuição de Dias (2005) que chama atenção de que para compreender a interação entre as redes e os territórios, é preciso que reconheçamos que suas lógicas de organização e funcionamento são distintas. Enquanto a lógica das redes é determinada, sobretudo pelas ações e estratégias dos atores que as planejam, modelam e regulam, a lógica que orienta a dinâmica dos territórios, por sua vez, resulta da oposição entre mercado e sociedade civil. Para ela: “a lógica territorial também deve ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos – relações que acontecem nos lugares entre atores conectados pelos laços de proximidade espacial – e mecanismos exógenos – que fazem com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial” (DIAS, 2005, p.20).

Por fim, Marques (2000) destaca os três principais usos possíveis da rede no campo das Ciências Sociais, que é o de pensá-la como metáfora, como norma e como método. Como metáfora desenvolvendo a concepção de que entidades, indivíduos ou mesmo idéias estão de alguma forma conectadas entre si. Assim, pode-se pensar estas redes em relação a compreender a sua estruturação, relacionalidade, funcionamento, objetivos e métodos para que a descrição e a análise dos padrões de relação presentes, possam ser compreendidas, juntamente com os vínculos e as relações de forma interativa sobre os fluxos durante o processo de desenvolvimento.

3. AS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS: DO COMPLEXO A REDE AGROINDUSTRIAL?

O conceito de Complexo Agroindustrial fundamenta-se na ideia de transformação de uma determinada matéria prima de base que através da integração técnica intersetorial entre indústria de insumos agrícolas, produção agropecuária e agroindústrias processadoras, em diferentes produtos finais. Nesse processo produtivo os vínculos intersetoriais revelam relações de dominação técnica, econômica e financeira do segmento industrial, sobre o segmento agrícola do complexo.

De acordo com Graziano da Silva (1996, p.62), essa noção tem sido usada no Brasil de duas maneiras distintas. Uma primeira, inspirada nas conceituações de agronegócio e de sistema agroindustrial, refere-se à idéia de “complexão”, ou seja: “um conjunto de atividades inter-relacionadas, agregadas por um ou mais critérios previamente definidos”. Já a segunda deriva do conceito de complexo rural e se refere aos diversos CAIs valorizando “as relações

multideterminadas de encadeamento, coordenação ou de controle entre os seus vários elementos, membros e/ou etapas do processo. ” Adepto desta última maneira de uso do conceito, Graziano da Silva destaca ainda o caráter histórico da formação e delimitação dos CAIs.

Nessa perspectiva o conceito de CAI, principalmente no Brasil, tem sido recorrentemente avaliado de modo crítico. Inicialmente, Guimarães (1979) propõe esse conceito para mostrar a integração técnico-produtiva entre indústria e agricultura, tanto à montante como à jusante desta. Integração essa, que em conjunto com a transformação da base técnica da produção impõem a expropriação do lucro e da renda da terra dos agricultores integrados pela indústria. Posteriormente, Delgado (1985) e Müller (1989) defendem a ideia de que o fator relevante do processo de agroindustrialização é a integração de capitais (agrário, industrial e financeiro). Ou seja, o processo de industrialização da agricultura se dá principalmente por esta passar efetivamente a representar um campo para investimento de capitais em geral, especialmente o financeiro. Mais recentemente, Graziano da Silva (1996) renova sua própria concepção de CAI quando afirma a necessidade da inclusão das atividades de serviços no âmbito dos CAIs, bem como do tratamento endógeno dos atores sociais que nele operam, como é o caso do Estado.

No Brasil, a reflexão teórica em relação à dinâmica recente do arranjo agroindustrial, especialmente, quanto à lógica de constituição e de funcionamento das atividades produtivas e de serviços que lhe dão unidade e viabilizam sua reprodução, tem avançado no sentido da tentativa do emprego de novas formulações conceituais, como é o caso do conceito de rede.

A crise de acumulação de capital experimentada pelo modo de produção, a partir da metade da década de 1970 significou a substituição gradativa, do centro para a periferia, do rígido regime de acumulação fordista. A tônica da nova lógica produtiva capitalista deslocava-se então, da valorização da oferta massiva de produtos, através de ganhos de escala de produção e do crescente aumento de produtividade, para o regime de Acumulação Flexível, ou Pós Fordismo.

Nesse contexto de mudanças produtivas, de aumento da incerteza, de acirramento da concorrência e de redefinição das estratégias das empresas, uma primeira contribuição questionando a atualidade do conceito de CAI, é a realizada por Green e Santos (1992). Para eles, o conceito de “economia de rede” expressa melhor o sentido, bem como permite uma melhor compreensão do processo de reestruturação do sistema agroalimentar no qual a agricultura está inserida.

Os autores argumentam que nessa fase de acumulação flexível identificam-se alterações nas cadeias produtivas agroindustriais quanto aos padrões de produção e de consumo, às relações de compra e venda e ao comportamento dos atores envolvidos. Ocorre, simultaneamente, um aumento progressivo do intercâmbio de matérias-primas e da transformação industrial face ao incremento da demanda por novos produtos, especialmente como estratégia de atendimento de nichos específicos de mercado. Isso tem levado à flexibilização tanto das relações de produção (subordinação) dos

agricultores com as agroindústrias, como também das normas e padrões de produção, dada a substituição da lógica de massificação do consumo agroindustrial. Além disso, a implementação dessas novas tendências tem significado um crescimento dos serviços informatizados de gestão da produção, circulação e venda de produtos alimentares. (GREEN E SANTOS, 1992).

Nessa mesma perspectiva, outra importante contribuição é a de Mazzali (2000). Para ele, a partir dos anos 1980, a noção de complexo agroindustrial já não consegue responder totalmente às mudanças experimentadas pelo setor agroindustrial brasileiro em sua dinâmica produtiva e organizacional. Isso se deveria ao aumento da crise fiscal e à perda de iniciativa do Estado; à intensa transformação das estratégias de concorrência e dos mercados nacional e mundial; e à emergência de um processo de reestruturação produtiva que, através da reformulação das formas de organização das atividades produtivas e da estrutura administrativa, conduziu à necessidade de graus maiores de flexibilidade e de autonomia dos atores econômicos.

Nesse contexto, ele identifica a “organização em rede” como um novo padrão de articulação entre os atores econômicos, “a partir das evidências de recorrências nas estratégias associadas à interação entre empresas – no âmbito da cadeia produtiva e no âmbito do relacionamento entre concorrentes no mesmo domínio de atividades ou em domínios distintos” (MAZZALI, 2000, p.14).

Desse modo, as redes constituem arranjos organizacionais que utilizam recursos e envolvem a gestão das interdependências de várias empresas, “criando um ambiente suscetível de provocar a emergência de externalidades dinâmicas (pecuniárias, tecnológicas, etc.), complementaridades e fenômenos cumulativos, notadamente no plano das competências” (GUILHON *apud* MAZZALI, 2000, p.155).

Uma terceira posição é a de Paullilo (2000) que argumenta que os CAIs operam como legítimas “redes de poder”. Relações essas que devem ser repensadas uma vez que nascem em um novo contexto social e econômico capitalista, onde identificamos a liberalização, a globalização e a integração econômica e política, simultaneamente a fragmentação do Estado e a crescente complexidade da sociedade civil. Assim, a redefinição das relações entre o público e privado, envolvendo diferentes atores, levam ao surgimento de novos arranjos institucionais e novos modos de regulação também no âmbito do CAI.

Nessa perspectiva da rede de poder, os encadeamentos tecnológicos e produtivos verificados nos CAIs passam a ser caracterizados, segundo Paulillo (2000, p.3) “...pela interdependência dos atores, pela complementaridade dinâmica dos segmentos, pelo intercâmbio de recursos de poder e pela articulação de interesses. ” Além disso, a possibilidade desses arranjos institucionais revela também a importância das formas de organização e dos modos de mobilização e de representação dos atores que constituem o CAI.

Uma quarta contribuição é a de Lazzarini, Chaddad e Cook (2001), que propõem o conceito de *netchain* como recurso analítico para compreensão das perspectivas do funcionamento das cadeias de fornecimento e das redes de empresas que estão presentes no âmbito de um dado grupo ou setor industrial, em relação à colaboração interorganizacional, à interdependência econômica e aos mecanismos de criação de valor e de coordenação da atividade produtiva. Ao abordarem como exemplo a possibilidade do emprego desse conceito no setor agroindustrial, os autores assinalam a importância analítica da *netchain* para melhor identificar e compreender como ocorre o conjunto de relações horizontais entre os diversos atores (produtores rurais, cooperativas, sindicatos de produtores, empresas agroindustriais, empresas fornecedoras de insumos e de serviços) que estão presentes em um mesmo nível ou etapa da atividade agroindustrial (produção, transformação industrial, distribuição e consumo), bem como as relações verticais entre atores que atuam desde e entre diferentes níveis ou etapas que constituem uma dada *netchain* agroindustrial.

Uma última contribuição a ser destacada é a de Cunha (2003) que aborda os ganhos e limites do uso e da aderência do conceito de rede ao sistema agroalimentar. Contrariamente ao que sugere Mazzali (2000), ele assinala que a rede não pode ser tomada como um novo paradigma teórico, nem tampouco ser representativa de uma nova etapa histórica do desenvolvimento capitalista na agricultura, aonde a rede vem suceder a conformação do complexo agroindustrial.

Isso porque, esse padrão de funcionamento em rede não está presente no conjunto dos arranjos agroindustriais, mas em alguns setores ou subsetores específicos, onde se impõe como forma organizacional específica, entre as situações de governança de mercado e de hierarquia. Ele lembra que em cada cadeia produtiva agroindustrial as condições e oportunidades para a implementação desse padrão de organização em rede são diferentes e diversas. Assim, há uma variação setorial quanto aos ambientes específicos de concorrência, ao grau de incerteza e risco, à diversidade técnica entre diversas etapas de uma cadeia produtiva, à dispersão de ativos estratégicos entre os atores e à distribuição do poder no âmbito da cadeia (CUNHA, 2003).

Ou seja, para ele as razões históricas e as características específicas de cada cadeia produtiva jogam papel decisivo na adoção ou não da organização em rede, bem como no processo de sua implementação. Além disso, devemos ter presente de que a organização em rede é apenas uma das já existentes formas de interação e coordenação que atualmente ocorrem nos arranjos agroindustriais.

Cunha (2003) argumenta que o conceito de “rede” pode ser utilizado, sim, “como uma ferramenta analítica” que nos permite superar a análise da cadeia produtiva, tradicionalmente baseada nos custos econômicos de transação.

Pensar, como propõem Cunha (2003) e Lazzarini, Chaddad e Cook (2001), o uso do conceito de rede como instrumento analítico nos parece a opção mais adequada, no sentido de se poder

efetivamente aprofundar a compreensão do processo de agroindustrialização, e sua relação com o território.

4. A REDE AGROINDUSTRIAL DO TABACO NA REGIÃO SUL DO BRASIL

O Brasil é o segundo maior produtor mundial de tabaco em folha, e, desde 1993, o principal país exportador. Além da tradição do país desde o séc. XVII em cultivar e exportar o tabaco existe um conjunto de fatores internos e externos que explica e fundamenta esse desempenho (SILVEIRA, 2007).

Internamente, destacam-se alguns fatores que combinados têm sido importantes. As características ambientais favoráveis de solo e de clima existentes nas áreas de cultivo no Sul do país, e a consolidação de seu complexo agroindustrial com o crescente aperfeiçoamento tecnológico de seu modo de produção e a consistente e funcional regulação de suas relações de produção, apresenta altos índices de qualidade e de produtividade.¹ Também tem sido extremamente importante à competitividade da produção e exportação brasileiras, o baixo preço do produto pago aos fumicultores pelas agroindústrias. Tais fatores aliados a farta oferta de financiamento à produção do tabaco tornaram o produto brasileiro altamente competitivo no mercado mundial, e fez da atividade de beneficiamento industrial do tabaco, um negócio altamente lucrativo para as corporações multinacionais que controlam oligopsonicamente essa atividade no país.

As empresas multinacionais tabaqueiras que atuam no Sul do país dominam direta ou indiretamente todas as etapas da cadeia produtiva do tabaco, e obtêm ganhos de capital importantes, pois combinam a extração do sobre trabalho das famílias dos fumicultores, no meio rural, com a extração da mais valia dos trabalhadores efetivos e temporários em suas usinas, postos de compra e fábricas de cigarro. Além disso, a terceirização de algumas atividades complementares, como o transporte da produção e de insumos, a manutenção de veículos, a prestação de serviços de certificação, seguro e desembaraço aduaneiro contribuíram para ampliar os ganhos das empresas multinacionais tabaqueiras.

Externamente, outros fatores também precisam ser considerados. O mercado mundial de cigarros, especialmente na China, Japão, nos países da Comunidade Europeia, do Leste Europeu, e no Sudeste Asiático, tem apresentado nos últimos 15 anos um aumento na demanda por tabacos claros e com sabor que possibilitam a confecção dos vários *blends* que caracterizam cada marca de cigarro.

¹ No Sul do Brasil são produzidos tabacos claros da variedade *Virginia* e *Burley* secados, respectivamente, em estufas a base de lenha e elétricas, e em galpões. Estes tabacos são do tipo *flavour* que dão sabor ao cigarro, os preferidos pelo mercado internacional. O restante da produção brasileira de tabaco é cultivado principalmente nos estados da Bahia e de Alagoas, onde predomina o tabaco para a fabricação de charutos e cigarrilhas.

Simultaneamente, enquanto os Estados Unidos e o Zimbábue – tradicionais países exportadores desse tipo de tabaco – vêm perdendo posições no mercado mundial em razão do aumento no custo de produção, como é o caso norte-americano, e por problemas políticos internos, no caso do país africano, o Brasil aproveitou bem essa oportunidade. Nesse período, os constantes investimentos das corporações transnacionais realizados na modernização e na ampliação das plantas agroindustriais e nas fábricas de cigarros, localizadas no Sul do Brasil, tem permitido ao setor tabaqueiro manter-se atualizado em termos de capacidade produtiva e tecnológica para atender a demanda do mercado mundial de tabaco, afirmando assim sua condição de liderança.

A produção nacional de tabaco em folha – 750 mil toneladas em 2012 – tem o seguinte destino: 85% do tabaco produzido, após ser beneficiado industrialmente, é exportado, sendo o restante da produção consumido internamente pelas fábricas de cigarros instaladas no país. (SINDITABACO, 2013).

A produção agrícola, a comercialização, o processamento industrial, e a exportação do tabaco constituem-se nas principais etapas do funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco. Tais etapas do processo de agroindustrialização do tabaco, principalmente a partir da década de 1960, têm sido realizadas sob o controle hegemônico e oligopolista de grandes conglomerados transnacionais que, através de suas subsidiárias instaladas na região, operam tanto no mercado nacional quanto no mercado internacional. Dentre as empresas multinacionais instaladas na região destacam-se a Companhia de Cigarros Souza Cruz (ligada ao grupo *British American Tobacco* de capital anglo-americano) e a *Phillip Morris Incorporated*, de capital suíço/americano, que atuam na produção e processamento de tabaco e na fabricação de cigarros, a Universal Leaf Tabacos (ligada ao grupo norte americano *Universal Leaf Tobacco*), e a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. (ligada ao grupo norte americano *Alliance One Incorporated*), ambas de capital norte-americano atuando na produção e processamento de tabaco.

O complexo agroindustrial do tabaco no Brasil está instalado, principalmente, na região Sul do país, onde 95% da produção de tabaco do país são realizadas por aproximadamente, 165 mil famílias de agricultores em pequenas propriedades com área média de 16 ha, localizadas em 656 municípios nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nessa região também estão localizadas as principais plantas de processamento de tabaco e fábricas de cigarro que empregam cerca de 30 mil pessoas, entre trabalhadores efetivos e temporários (SINDITABACO, 2013).

Se esse conjunto de características descreve formalmente a localização dos principais lugares que integram e participam do funcionamento do CAI do tabaco, a ideia de rede agroindustrial do tabaco, através da constituição de seus circuitos espaciais de produção e de círculos de cooperação, por sua vez, nos auxilia a compreender melhor a dinâmica da divisão territorial do trabalho existente no processo de agroindustrialização e comercialização do tabaco, a apreender a

complexidade das relações entre os atores e das relações de solidariedade espacial entre os lugares que desde distintas escalas espaciais integram e conformam o CAI do tabaco, e, principalmente, a compreender melhor o modo como este se organiza espacialmente e interage com o território.

3.1. *Organização espacial e funcionamento da rede agroindustrial do tabaco: o papel ativo do circuito espacial de produção do tabaco e dos círculos de cooperação*

A atual organização e distribuição espacial do trabalho no âmbito do complexo agroindustrial do tabaco revela forte concentração territorial da atividade de gestão tanto da produção e da comercialização do tabaco, quanto de seu processamento industrial e de sua exportação pelas empresas multinacionais instaladas no território. Dentre os principais pontos de gestão destacam-se, especialmente as cidades de Santa Cruz do Sul – RS, onde estão localizadas as sedes no Brasil, da *Universal Leaf* e da *Alliance One*, bem como o Departamento de Tabaco da Souza Cruz, de Venâncio Aires - RS, onde se encontra a sede no país da *Continental Tobacco Alliance*; e secundariamente das cidades de Blumenau - SC e de Rio Negro – PR, de onde a Souza Cruz igualmente gerencia a produção de tabaco, respectivamente, em Santa Catarina e no Paraná. Revelam também a dispersão e a expansão espacial do cultivo de tabaco em folha nas áreas rurais das microrregiões fumicultoras da região Sul do Brasil.

A produção agrícola do tabaco tradicionalmente cultivada na microrregião de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, vem se expandindo, desde a década de 1970, para o Centro-Sul do Estado, nas microrregiões de Cachoeira do Sul e de Camaquã, e para o Estado de Santa Catarina, nas microrregiões de Rio do Sul e Canoinhas. A partir de 1980 o cultivo do tabaco também se expandiu para as microrregiões catarinenses de Araranguá, Tubarão e São Miguel do Oeste, e no Paraná, para as microrregiões de Rio Negro, Irati e Prudentópolis. Já na década de 1990 a produção de tabaco também alcançou e se intensificou na microrregião de Pelotas, no Sul do Rio Grande do Sul, e em São Mateus do Sul, no Paraná.

Ao longo das últimas três décadas, a grande maioria dos municípios que integra a região produtora de tabaco no Sul do Brasil, participa da divisão do trabalho agroindustrial tabaqueiro, basicamente através da produção, da cura e da comercialização do tabaco *in natura*.

Enquanto o plantio e a cura do tabaco se distribuem pelas pequenas propriedades familiares nas áreas rurais da região, as atividades de comercialização e de processamento industrial do tabaco têm se consolidado em poucas cidades. A condição de produto *in natura*, passível de perder suas características naturais, impõe a necessidade de que os postos de compra e as usinas estejam localizadas relativamente próximas às áreas de produção.

Cada uma das empresas agroindustriais de tabaco tem, ao longo desse período, constituído e instalado no território uma ampla rede de unidades de compra e de usinas de processamento, que servem de suporte para as ações de compra do tabaco junto aos agricultores e de seu posterior processamento industrial. As unidades de compra têm como função receber o tabaco dos agricultores, que é produzido em áreas de produção próximas e no seu entorno regional, e enviá-lo depois para as usinas de processamento. Essas unidades de compra também desempenham um papel importante na logística das empresas, na medida em que é através delas que é realizada a distribuição dos insumos agrícolas e a coordenação da assistência técnica para as propriedades dos agricultores integrados á empresa.

A distribuição no território do trabalho de comercialização e de processamento industrial do tabaco revela uma intensa concentração espacial da atividade nas cidades de Santa Cruz do Sul e, de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, de Blumenau e de Joinville em Santa Catarina, e de Rio Negro, no Paraná, onde se encontram as principais plantas industriais e maiores usinas de processamento de tabaco.

Esse padrão de organização espacial é funcional às grandes empresas multinacionais, e revela a busca de uma configuração territorial ideal, isto é, de um território que a cada momento seja o mais rentável para as empresas agroindustriais tabaqueiras. Assim, a atual divisão do trabalho na região fumicultora do Sul do Brasil informa um uso e uma organização corporativa do território, orientados pela racionalidade hegemônica do capital multinacional. O desenvolvimento da agroindustrialização do tabaco se realiza, envolvendo, simultaneamente, o equipamento e a modernização seletiva e desigual dos lugares, quanto ao seu conteúdo técnico-científico e informacional, e a valorização combinada de distintas relações sociais de produção, através da extração do sobretrabalho familiar dos fumicultores nas áreas rurais e a extração de mais-valia dos trabalhadores temporários e efetivos empregados nas usinas de processamento, nos principais núcleos urbanos agroindustriais.

Para tanto, seguindo a contribuição de Santos e Silveira (2001), é de fundamental importância identificar e caracterizar a configuração e o funcionamento do atual circuito espacial de produção do tabaco em folha, e dos respectivos círculos de cooperação, em sua relação com a presente divisão territorial do trabalho. Sua identificação nos possibilita entender melhor a maneira diferenciada e desigual como os lugares participam da agroindustrialização do tabaco, bem como experimentam e respondem aos reflexos da lógica de organização e de desenvolvimento da rede agroindustrial do tabaco.

O desafio de pensar a constituição e o funcionamento do circuito espacial de produção e dos círculos de cooperação no âmbito da atividade agroindustrial tabaqueira implica considerá-los enquanto resultado espacial de uma unidade contraditória entre as etapas de produção, de

distribuição, de troca e de consumo. Moraes (1991) assinala que é preciso tratar esses “momentos” da produção capitalista de modo articulado, e de valorizar seu encadeamento, concebendo-os como elementos de uma dada totalidade, a chamada circulação do capital. Tal são o sentido da ideia de circuito e também de círculo, presente nas noções de circulação e de circularidade, e inerente ao desenvolvimento capitalista.

3.1.1. O circuito espacial de produção do tabaco em folha

Moraes (1991), destaca que a constituição e a conformação espacial do circuito no território resultam de inúmeras e diferentes relações socioespaciais estabelecidas, ao longo do tempo, em diferentes escalas geográficas. Essas relações socioespaciais envolvem distintas articulações como as que ocorrem entre a produção regional de tabaco e a sua demanda e consumo mundial, e entre a produção nacional e mundial de insumos, equipamentos e máquinas e o seu consumo produtivo na região. Nesse circuito, as sincronias funcionais entre as distintas etapas produtivas e de consumo envolvendo diferentes lugares obedecem há um tempo e a um ritmo de acumulações mundiais, ditados especialmente pelas corporações multinacionais agroindustriais tabaqueiras.

O circuito espacial de produção do tabaco em folha articula e compreende percursos que conectam lugares distintos e distantes que participam de etapas específicas e complementares no processo de transformação do tabaco, envolvendo sua produção, seu processamento, sua comercialização, transformação industrial e exportação.

A Figura 1 representa de modo esquemático a constituição e o funcionamento desse circuito espacial de produção, evidenciando as principais etapas produtivas e os mais relevantes grupos de insumos demandados em seu processo de desenvolvimento no território. A Figura 1 também permite apreender melhor a configuração espacial, as ligações e relações espaciais e a dinâmica de funcionamento do circuito de produção do tabaco em folha, envolvendo fluxos que se originam em áreas e lugares no interior da região Sul do Brasil, e outros que alcançam a região, desde lugares externos.

A atual configuração espacial do circuito de produção do tabaco em folha evidencia a ocorrência de crescentes mudanças técnicas e organizacionais no desenvolvimento do ramo tabaqueiro, em razão das novas exigências do mercado mundial do tabaco e do cigarro, das estratégias operacionais e comerciais das empresas multinacionais no âmbito deste oligopsônico mercado, e das novas possibilidades abertas com a expansão do meio técnico-científico e informacional.

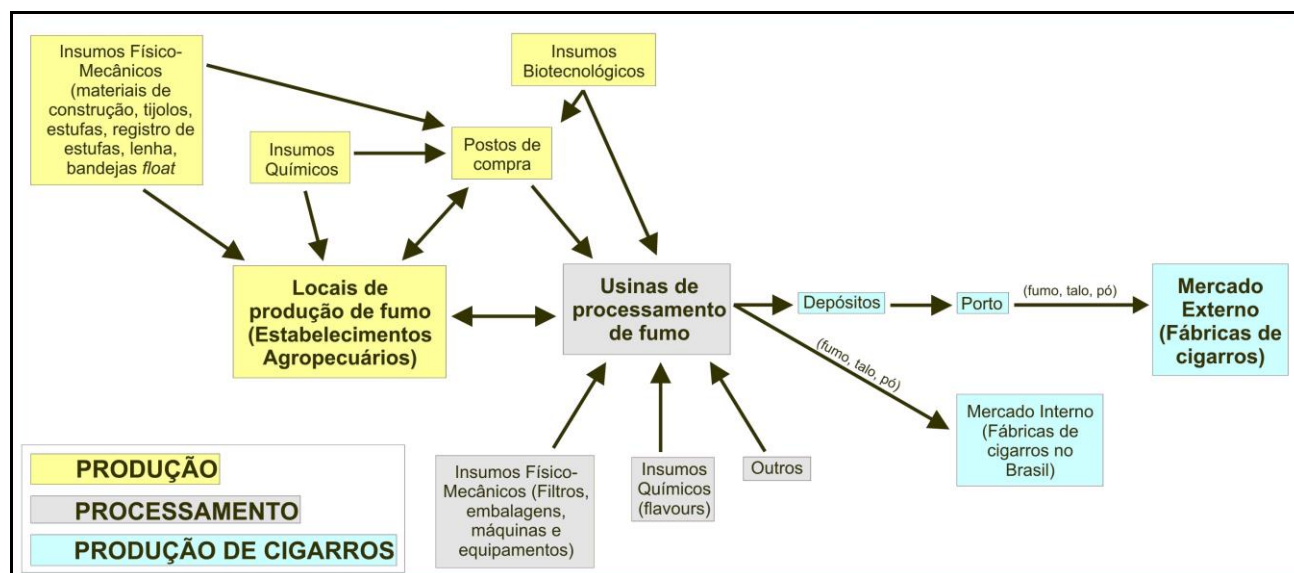


Figura 1 – Sul do Brasil: o circuito espacial de produção do tabaco em folha

Fonte: Silveira (2011).

O desenvolvimento do ramo agroindustrial tabaqueiro tem apresentado um progressivo e diferenciado processo de modernização nas suas etapas produtivas através da incorporação de inovações organizacionais e tecnológicas nas distintas atividades que integram esse circuito, ampliando e complexificando os seus fluxos espaciais de insumos, produtos e serviços.

Tais mudanças, orientadas pela dinâmica do mercado mundial tabaqueiro, inserem-se como parte das novas estratégias das empresas tabaqueiras e cigarreiras multinacionais no sentido de ampliarem seus níveis de produtividade e de qualidade da produção, de diminuir seus custos operacionais, e de assegurarem, assim, melhores condições de reprodução do capital.

Nesse sentido, a atual configuração do circuito espacial do tabaco, envolve em sua etapa inicial de produção de tabaco a integração de milhares de famílias de agricultores fumicultores instalados em pequenas propriedades, nas áreas rurais da região que entregam sua produção nos postos de compra e de armazenamento de tabaco em cidades pequenas mais distantes, ou nas usinas de processamento industrial localizadas nas principais cidades agroindustriais da região. Também participam desse circuito empresas produtoras e fornecedoras de insumos químicos, como herbicidas, inseticidas e fertilizantes; de insumos físicos mecânicos, como materiais de construção, lenha, equipamentos de controle de temperatura e umidade para as estufas, tecedeiras e grampos para preparar a cura das folhas de tabaco; e de insumos biotecnológicos, como sementes e substratos para o plantio do tabaco (SILVEIRA, 2011).

Tais insumos são adquiridos pelos fumicultores juntos às empresas agroindustriais que utilizam a estrutura logística dos postos de compra e das usinas de processamento para realizarem a distribuição nas propriedades rurais dos fumicultores, ou mesmo, secundariamente, são adquiridos pelos agricultores nas lojas agropecuárias existentes nas cidades próximas às áreas rurais de

produção. A produção de boa parte dos insumos químicos utilizados na lavoura tabaqueira é realizada principalmente nas cidades de Campinas, Paulínia, São Paulo, Resende e Rio de Janeiro. Já, os insumos físicos mecânicos são produzidos principalmente nas cidades da região, como Blumenau, Içara e Criciúma, em Santa Catarina; Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul, e Rio Negro, no Paraná.

Em relação à etapa de processamento industrial do tabaco realizado nas usinas, há a participação de outras empresas na região e mesmo fora dela, através do fornecimento de máquinas e equipamentos (cilindros umidificadores, secadores e de aplicação de *flavor*, esteiras e peneiras, prensas, sistema de fechamento e de automação de transporte de caixas, balanças, etc.), bem como de insumos tanto químicos, como os sabores aromáticos que são acrescentados às folhas de tabaco processado, quanto físicos, como caixas de papelão e filtros de plástico utilizados para acondicionar o tabaco para exportação. Com base nas visitas que realizamos as usinas de processamento da Cia. Souza Cruz e nas entrevistas realizadas, verificamos que boa parte dos equipamentos mais especializados no processamento do tabaco provém, prioritariamente, de empresas de máquinas e equipamentos com sede em São Paulo - SP, em Santa Cruz do Sul - RS, em Philadelphia nos Estados Unidos, em Silea na Itália, e secundariamente, de empresas metalúrgicas regionais e locais. Já o fornecimento de insumos físicos, como as caixas de papelão, é realizado principalmente por empresas de São Paulo-SP, São Leopoldo-RS e Blumenau - SC. Quanto aos insumos químicos, os mesmos provêm de empresas localizadas em São Paulo-SP e em Curitiba - PR.

Uma vez realizado o processamento industrial da safra do tabaco, os produtos obtidos (lâminas das folhas, talo e pó de tabaco) são preparados para serem enviados aos seus clientes – empresas atacadistas de tabaco e fábricas de cigarro – no país, e principalmente no exterior. Nessa etapa final do circuito espacial de produção do tabaco participam também um conjunto variado de empresas locais e regionais, que prestam serviços de transporte e de logística viabilizando tanto o transporte rodoviário do tabaco até os portos, e de lá, através da participação de empresas internacionais que operam no modal aquaviário, até os principais mercados consumidores internacionais. Tais empresas também participam na primeira etapa do circuito, quando do transporte do tabaco das pequenas propriedades até os postos de compra e/ou até as usinas de processamento, e dos insumos das usinas e dos postos de compra até as propriedades rurais dos fumicultores.

Atualmente, o *start* inicial do circuito espacial de produção do tabaco em folha não mais ocorre, como em décadas passadas, nas propriedades fumicultoras das áreas rurais da região, mas sim, e cada vez mais, se dá a partir de cidades no exterior, onde anualmente ocorre a efetivação dos contratos de compra e venda com a definição das quantidades e especificidades do tabaco a ser adquirido pelos clientes internacionais.

Assim, são a partir das informações quanto à demanda dos compradores internacionais, e das ordens organizacionais emanadas das sedes e/ou demais subsidiárias das empresas multinacionais, definindo o volume e o tipo de tabaco encomendado, que tem início o planejamento da safra de tabaco pelas agroindústrias tabaqueiras, definindo o volume da produção, a área total plantada, as variedades de tabaco a ser cultivadas. Essas ações ocorrem cada vez mais integradas, levando a uma ampla e diversificada rede de cooperação entre empresas tabaqueiras e fornecedores de insumos, de equipamentos e de serviços que possibilitam a produção, o processamento industrial, e a comercialização do tabaco, no tempo adequado ao atendimento dos clientes internacionais.

Em síntese, a configuração espacial do circuito espacial de produção do tabaco em folha nos revela que a articulação espacial das etapas de produção, de processamento e de comercialização através da exportação do tabaco, evidencia um conjunto de relações espaciais entre diferentes atores (produtores, empresas tabaqueiras, empresas fornecedoras de insumos, empresas de transporte e logística, e empresas compradoras do tabaco) localizados em distintos lugares. Tais relações espaciais se manifestam através de variados fluxos e intercâmbios materiais que percorrem o circuito espacial de produção do tabaco, articulando lugares não só contíguos no Sul do Brasil, mas também lugares no país e no exterior. Portanto, articulando lugares em distintas escalas espaciais, o que revela a amplitude e a complexidade da organização espacial da rede agroindustrial do tabaco.

3.1.2. Os círculos de cooperação

Os círculos de cooperação, enquanto expressão dos nexos imateriais, através dos fluxos de informações, finanças, ordens e normas, que conectam esses atores e circulam entre esses diferentes lugares de produção e de consumo no território (SANTOS; SILVEIRA, 2001), permitem entender melhor como são engendradas as condições e a dinâmica do movimento da produção do tabaco no território.

A Figura 2 representa alguns dos principais círculos de cooperação existentes no funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco, que animam a dinâmica de organização espacial da rede agroindustrial do tabaco.

Nos processos de agroindustrialização do tabaco (produção, comercialização e processamento industrial) e de exportação do tabaco em folha no Sul do Brasil, manifestam-se distintos círculos de cooperação.

Percebe-se um conjunto variado de ações e relações de natureza técnica, organizacional, econômica, social e política entre os distintos atores que participam direta e indiretamente do complexo agroindustrial do tabaco, e que ao ocorrerem possibilitam que a agroindustrialização do tabaco ocorra e que os subprodutos gerados pelas empresas tabaqueiras possam se movimentar no

território de modo a alcançar o mercado, notadamente, através da produção de cigarros no país, e da exportação do tabaco em folha.

A agroindustrialização do tabaco é viabilizada e regulada pelo sistema integrado de produção, criado em 1920, pela Cia. Souza Cruz, na região fumicultora do Vale do Rio Pardo – RS, e desde então adotado pelo conjunto das demais empresas na totalidade das áreas fumicultoras do Sul do Brasil. A normatização desse sistema que ocorre através da celebração de contratos de compra e venda de tabaco entre agricultores e empresas, representa o principal meio de regulação das relações sociais de produção entre agricultores produtores de tabaco e agroindústrias. Indiretamente, essa norma acaba por também definir a temporalidade e a espacialidade das relações entre as empresas agroindústrias tabaqueiras e as demais empresas fornecedoras de insumos, empresas de máquinas e equipamentos, e empresas prestadoras de serviço. Em razão disso se apresenta como instrumento maior da cooperação entre esses diversos atores sociais.

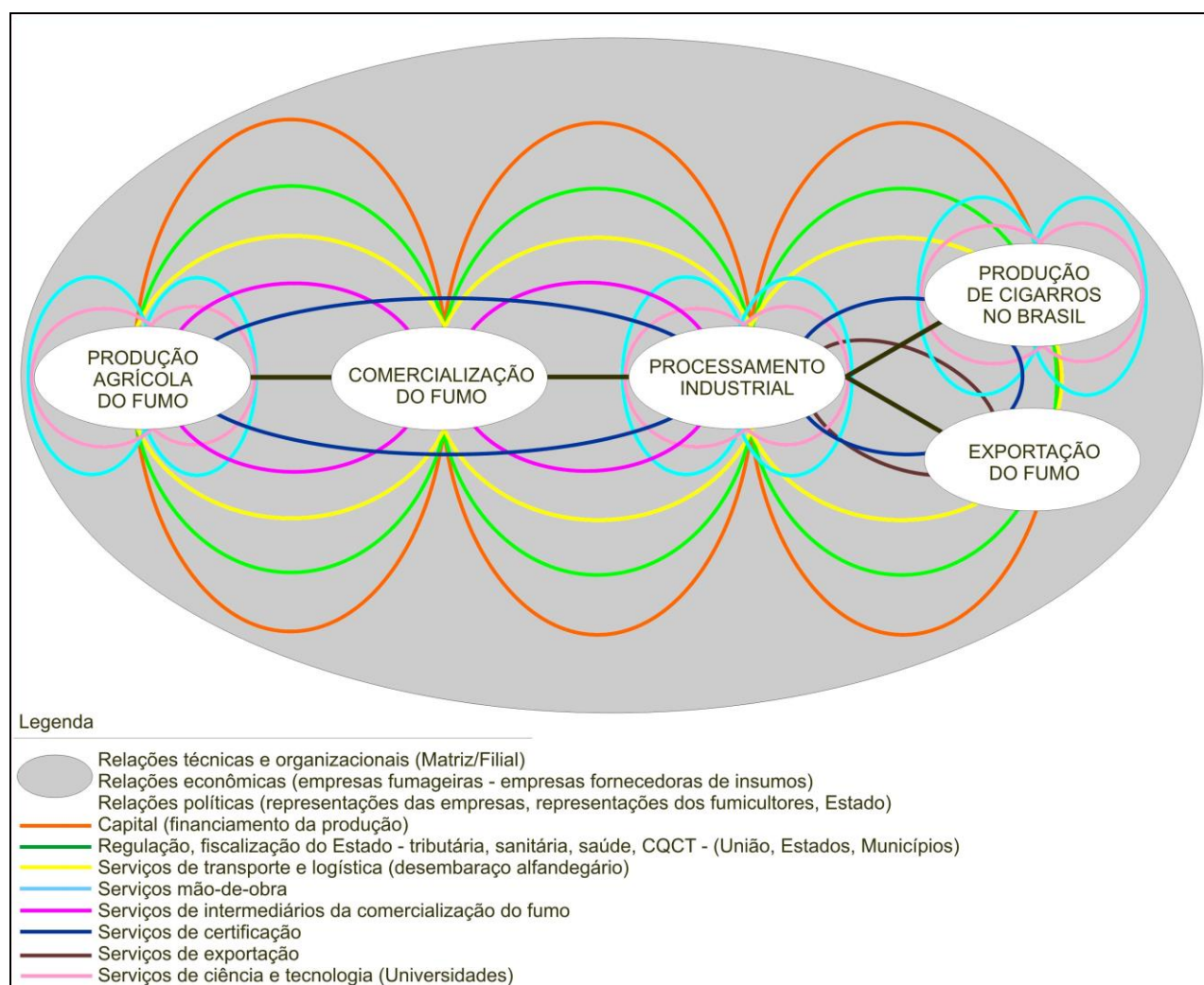


Figura 2 – Círculos de cooperação na agroindustrialização e exportação do tabaco em folha no Sul do Brasil
Fonte: Silveira (2011).

No sistema integrado de produção de tabaco os produtores familiares de tabaco, por meio de contrato firmado com as empresas agroindustriais, comprometem-se em produzir o tabaco na quantidade e de acordo com as instruções técnicas de qualidade definidas pelas empresas, e a repassar a elas integralmente sua produção. Em troca, as empresas agroindustriais garantem o fornecimento de insumos, a assistência técnica, a intermediação de financiamento da produção junto aos bancos, o transporte do tabaco das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas, e a compra integral da quantidade de tabaco contratada.

Percebe-se nessa etapa da produção agrícola do tabaco, a importância da cooperação entre os agricultores e empresas tabaqueiras com o setor financeiro, através da contratualização de financiamentos e da liberação de capital que possibilitam a compra dos insumos químicos e físicos e mecânicos utilizados na lavoura e na cura do tabaco. Também se verifica a importância para o funcionamento dessa etapa produtiva a cooperação entre as empresas tabaqueiras e empresas de transporte que são contratadas para transportar o tabaco das propriedades dos agricultores até os postos de compra ou usinas de processamento.

Trata-se de uma norma organizacional definida e imposta pelas empresas que assegura às agroindústrias a obtenção do tabaco, na quantidade, na qualidade e no tempo necessário, para que elas possam atender aos pedidos dos seus clientes, notadamente empresas cigareiras instaladas no exterior, e por um custo baixo, dado que o preço do tabaco nos últimos anos tem sido definido unilateralmente pelas empresas, ignorando a reivindicação dos agricultores de uma melhor remuneração do custo de produção do tabaco, cuja principal variável é a mão de obra familiar empregada.

A contratualização da venda da produção, além de representar uma relativa segurança ao agricultor, igualmente representa vantagens econômicas para as empresas tabaqueiras. A principal é que as mesmas não precisam destinar recursos próprios na aquisição de terra para realizarem a produção de tabaco, e no financiamento da produção já que são os agricultores que contraem o financiamento junto aos bancos, ficando as empresas como meros intermediadores e garantidores do pagamento do financiamento dos agricultores. Quando da compra do tabaco, as empresas abatem o montante das dívidas bancárias dos agricultores ao valor a ser pago pela produção de tabaco entregue na empresa. Outra vantagem se refere à possibilidade das empresas, por força das exigências do contrato de integração e através do acompanhamento dos seus orientadores agrícolas, em poderem controlar o modo de produção e os insumos utilizados, de acordo com suas exigências técnicas e em consonância com a demanda do mercado.

A racionalidade desse sistema integrado de produção, fundamentada, sobretudo na relação contratual e comercial entre agricultores e empresas tabaqueiras, vem apresentando nos últimos anos alterações em seu funcionamento por conta da crescente presença de atravessadores ou

intermediários durante a comercialização da safra. Os atravessadores ou intermediários, de modo geral, são instrutores técnicos aposentados ou desempregados de alguma empresa tabaqueira que por já possuírem relações com os agricultores acabam atuando no comércio do tabaco. O aumento das ações desses atores na região se deve a dois motivos. Um primeiro são as condições financeiras adversas em que muitos dos agricultores se encontram no final de cada ano, antes do começo da compra da safra pelas empresas tabaqueiras, e que acabam levando os fumicultores a venderem para esses intermediários, parte de sua produção por valores abaixo do mercado formal de tabaco. Muitos fumicultores se encontram endividados junto aos bancos, às lojas de material de construção civil, aos estabelecimentos comerciais. Há também aqueles que precisam contratar terceiros para auxiliar na colheita e cura do tabaco, ou ainda aqueles que precisam comprar lenha para realizar a cura da sua produção.

O outro motivo é a mobilização desses atores intermediários pelas próprias empresas, na medida em que buscam garantir o fornecimento do tabaco necessário para honrar seus compromissos internacionais, especialmente quando ocorrem eventuais quebras de safra, decorrentes de eventos naturais (granizo, chuvas, seca, etc.) ou quando há interrupção na entrega do tabaco pelos agricultores enquanto estratégia para barganhar melhores preços junto às empresas tabaqueiras.

A esse respeito, a posição das empresas é ambígua. Embora o SINDITABACO costume oficialmente afirmar que essa prática afeta o funcionamento do sistema integrado de produção, podendo gerar conflitos entre as empresas na disputa pelo tabaco produzido pelos agricultores, na prática as empresas têm esses atores, a fim de garantir a continuidade do fornecimento do tabaco e o atendimento da demanda de seus clientes.

A crescente introdução de inovações técnicas no modo de produção e de cura do tabaco, caracterizadas pelo uso de novos insumos químicos, biológicos e mecânicos pelos agricultores tem possibilitado maiores ganhos de produtividade. Mas, também tem representado o aumento da dependência dos agricultores em relação às empresas tabaqueiras, quanto ao domínio efetivo do conteúdo e dos resultados dessas novas normas técnicas de produção.

Essas inovações não significaram a supressão do trabalho manual e cooperado dos integrantes das famílias de agricultores, o que continua sendo vital para a manutenção dos diferenciais de qualidade do tabaco em folha produzido na região, e para o aumento das margens de lucratividade das empresas tabaqueiras, através da extração do sobretrabalho dos agricultores, dada a manutenção de uma baixa remuneração da produção de tabaco em relação ao seu efetivo custo de produção. Tal relação de cooperação tem apresentado também, e não poucas vezes a ocorrência de trabalho infantil –, e, em alguns momentos de maior demanda de mão de obra, como na época da colheita, a contratação de trabalhadores temporários. Neste caso, além da cooperação entre agricultores

produtores de tabaco e trabalhadores rurais provenientes de outras propriedades rurais familiares, também tem ocorrido, principalmente em Santa Cruz do Sul, a cooperação entre agricultores e empresas urbanas, muitas vezes irregulares, fornecedoras de mão de obra advinda da periferia urbana.

Muitas das inovações técnicas empregadas na produção de tabaco foram obtidas através de pesquisa e desenvolvimento tecnológico realizado pelas empresas tabaqueiras em seus centros de pesquisa na região, ou através de relações de cooperação técnica com instituições de pesquisa ou universidades instaladas na região ou mesmo externas. Dentre algumas das inovações implantadas na produção do tabaco, tivemos o “sistema *float*” para a produção de mudas de tabaco, em substituição ao sistema de produção de mudas diretamente realizado no solo, e que demandava o uso de maior carga de agrotóxicos. Tal sistema consiste no plantio de mudas de tabaco em bandejas de isopor colocadas sobre uma lâmina d’água. Esse sistema envolve ainda a utilização de substrato agrícola à base de turfa, de fibra de coco, ou de outros materiais orgânicos para a realização do plantio nas bandejas.

As inovações biotecnológicas que surgiram praticamente articuladas à difusão do sistema *float*, como foi a produção, através do uso de técnicas de melhoramento genético, de sementes híbridas de tabaco com maior qualidade, produtividade e resistência aos nematóides e às doenças e pragas comuns à lavoura do tabaco. Além disso, a peletização das sementes de tabaco também permitiu um manejo mais adequado no plantio e nos tratos culturais das mudas pelo sistema *float*, possibilitando um desenvolvimento mais homogêneo da lavoura tabaqueira. Essas inovações têm sido desenvolvidas e disponibilizadas pelos centros de pesquisa e desenvolvimento das próprias empresas tabaqueiras e por empresas biotecnológicas instaladas na região (SILVEIRA, 2011).

Na etapa de processamento industrial de tabaco, além das relações de cooperação entre as empresas tabaqueiras e empresas fornecedoras de insumos químicos e máquinas e equipamentos necessários à produção industrial propriamente dita, ocorrem também relações de cooperação entre as tabaqueiras e empresas prestadoras de serviços de modo a buscar o aperfeiçoamento dos níveis de produtividade, cumprimento dos prazos de entrega e o atendimento dos padrões de qualidade exigidos pelos clientes internacionais. Assim, há a contratação de empresas que certifiquem o desempenho das tabaqueiras, condição vital para assegurar a credibilidade junto ao mercado internacional, atestando os padrões de qualidade dos produtos e a observância das normas mundiais no processo produtivo e de comercialização, assegurando através de certificações, o reconhecimento internacional.

Além disso, as empresas tabaqueiras têm também desenvolvido e aperfeiçoado seus sistemas corporativos de informação e de comunicação, via canais privativos de telecomunicação e da *WEB*, que permitem articular mais eficientemente as etapas do processamento industrial, envolvendo

ainda a compra do tabaco e a logística de transporte e de exportação. Tal inovação técnica também possibilita que os clientes internacionais acompanhem, em tempo real, o processo de produção e recebam informações que permitem observar o cumprimento das especificidades dos produtos encomendados e dos prazos estipulados. Esses sistemas têm sido desenvolvidos principalmente pelas próprias empresas tabaqueiras e, secundariamente, adquiridos através de relações de cooperação com empresas de tecnologia de informação, tanto locais quanto externas à região.

Outra característica tem sido a crescente terceirização de atividades de apoio ao processamento industrial, antes desenvolvida integralmente pelas empresas tabaqueiras, e que passaram a ser realizadas por empresas locais instaladas nas cidades onde há usinas de processamento em Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Blumenau Joinville e Rio Negro. A alimentação dos funcionários efetivos e temporários, a manutenção dos equipamentos e maquinários, a vigilância e a segurança industrial, o recrutamento e a seleção de recursos humanos temporários, a publicidade e propaganda, e a assistência jurídica são alguns dos serviços objeto de cooperação entre essas empresas locais e as empresas tabaqueiras instaladas na região.

Por fim, dentre os círculos de cooperação presentes no desenvolvimento da agroindustrialização e da exportação do tabaco em folha é preciso também considerar a importante presença de outras instâncias, como o Estado e os organismos internacionais, nas quais um conjunto de ações e condições origina-se influenciando a dinâmica de funcionamento e de organização espacial da rede agroindustrial do tabaco.

O Estado, aqui entendido em sua totalidade, com as suas distintas instâncias de gestão – executivo, legislativo e judiciário – e suas diferentes escalas administrativas – municipal, estadual e federal –, é um ator que tanto regula e normatiza as ações e as relações entre atores sociais e econômicos que participam da rede agroindustrial do tabaco, quanto também recebe deles a pressão política e econômica e as reivindicações corporativas, além de instituir e arrecadar um conjunto de impostos sobre a atividade econômica e sobre a reprodução do capital.

Muitas têm sido as regulações e normatizações que incidem no desenvolvimento da agroindustrialização e na exportação do tabaco. Entre as principais podemos destacar: em âmbito federal, a que regula a classificação do tabaco a ser comercializado pelos agricultores, a que institui limites e condições para o financiamento da produção de tabaco e do processamento industrial, a que regula a remessa de lucros das multinacionais para o exterior, e a que define a incidência de impostos sobre produtos industrializados, sobre a comercialização e exportação de tabaco; em âmbito estadual, as normas que regulam o financiamento da produção industrial das empresas tabaqueiras e as que definem a incidência de impostos sobre a comercialização do tabaco e dos insumos utilizados pelo setor tabaqueiro; e, na esfera municipal, as normas que regulam o uso do solo urbano e a cobrança de impostos municipais.

Outra instância integrante desses círculos de cooperação são os inúmeros organismos multilaterais que igualmente participam direta e indiretamente da regulação e normatização do funcionamento da atividade agroindustrial tabaqueira na escala mundial. Entre eles destacamos, no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio), as normas que definem a comercialização de tabaco e de cigarro entre os países, prevendo ou suprimindo a existência de subsídios à produção; que instituem cotas de importação e de exportação de tabaco; e normas de combate ao contrabando de cigarros. Também temos na Organização Mundial da Saúde, normas que definem padrões fitossanitários dos produtos, ou as que buscam como a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, coibir e/ou reduzir o consumo de cigarros e que interferem na dinâmica de expansão do mercado mundial de tabaco e de cigarros.

3.2. *A rede agroindustrial de tabaco e o território no Sul do Brasil*

A rede agroindustrial do tabaco – constituída através de círculos de cooperação que possibilitam e condicionam o seu funcionamento – revela mas também demanda uma dada organização espacial, expressa pelo circuito espacial de produção do tabaco, que viabiliza a articulação e a racionalidade necessárias ao desenvolvimento do processo agroindustrial na região Sul do Brasil.

Na Figura 3 se busca representar a organização espacial e o funcionamento dessa rede agroindustrial, enquanto expressão da configuração no território do circuito espacial de produção do tabaco em folha e dos seus círculos de cooperação, através da identificação dos seus principais pontos ou nós, suas principais conexões e fluxos.

Entende-se que essa rede é constituída por pontos e áreas localizadas em diferentes lugares onde um conjunto de atores age e interage desenvolvendo atividades específicas e complementares.

De modo geral, temos: áreas rurais produtoras de tabaco nos três Estados do Sul, pontos de recebimento e de armazenamento do produto e de insumos nas localidades mais distantes das usinas de beneficiamento; fábricas e empresas, localizados em várias cidades no país e no exterior, que fornecem insumos e serviços para o desenvolvimento da produção, processamento e exportação de tabaco; centros de beneficiamento e processamento industrial no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná; fábricas de cigarro no Rio Grande do Sul e Minas Gerais; e pontos de exportação de tabaco em folha no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná; centros de gestão das empresas multinacionais tabaqueiras no país: Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e no exterior: Estados Unidos, Inglaterra e Suíça; e pontos de venda ou de importação do tabaco brasileiro em inúmeras cidades que possuem fábricas de cigarro na Europa, nos Estados Unidos, na Ásia, na África e na América Latina (SILVEIRA, 2011).

Esses distintos atores e lugares ao serem articulados e organizados pela rede agroindustrial do tabaco constituem e configuram um dado território. Nele, um conjunto de atores atua e se relaciona, e ao fazerem, põem em circulação mercadorias, mão de obra, capitais, tecnologia, ordens e informações de forma a garantir a reprodução do capital, assegurando a reprodução do próprio complexo agroindustrial do tabaco.

Além disso, em cada ponto (lugar) da rede os atores vivenciam um conjunto de relações organizacionais, econômicas, técnicas, sociais e políticas que refletem, simultaneamente, as particularidades e as contingências dos lugares em que essas atividades se desenvolvem; a especificidade das atividades desenvolvidas, a interdependência em relação às outras atividades do complexo e à dinâmica do mercado.

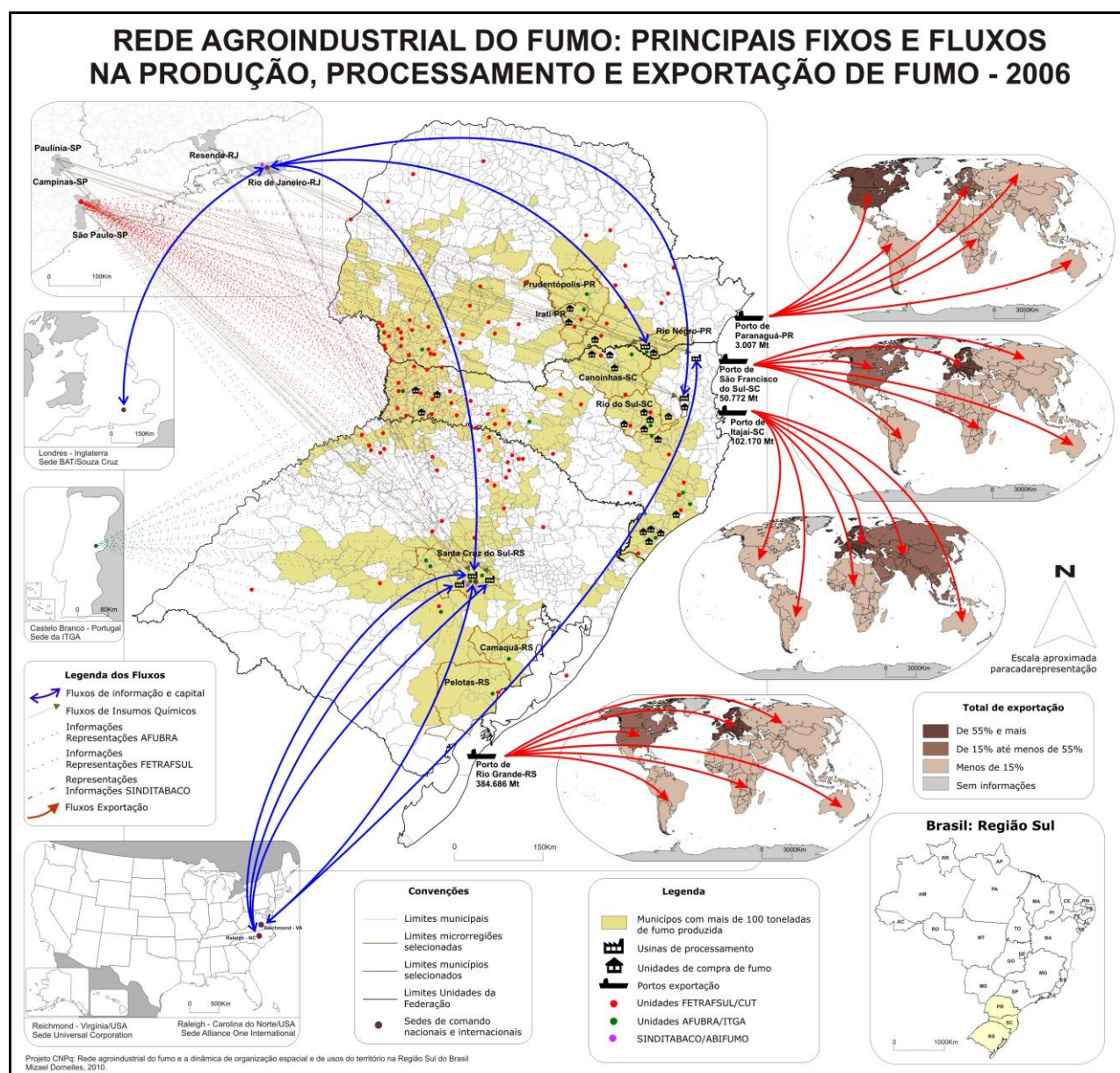


Figura 3 – Rede Agroindustrial do tabaco desde a região Sul do Brasil

Fonte: Silveira (2011). Org. Mizael Dornelles.

Observando a constituição da rede agroindustrial tabaqueira é possível perceber a importância da região Sul do Brasil no desenvolvimento do CAI do tabaco instalado no País, bem como identificá-la como um dos principais segmentos da rede no âmbito mundial. Nesta região localizam-se importantes nós, áreas e interconexões que integram essa rede: a principal área de produção do tabaco brasileiro; as principais e maiores plantas de processamento de tabaco e duas das três principais fábricas de cigarros, existentes no país; quatro das cinco sedes das subsidiárias das corporações multinacionais que atuam no Brasil; os principais escritórios de exportação de tabaco; e as principais empresas de biotecnologia e de prestação de serviço ao segmento empresarial tabaqueiro.

Além disso, as ações de alguns dos principais atores sociais que atuam na rede agroindustrial do tabaco são realizadas, principalmente, a partir dessa região, notadamente desde as áreas de produção e de processamento industrial do tabaco. Ações essas que de modo geral são gestadas, simultaneamente, enquanto produto de relações sociais de produção e relações de poder no âmbito do processo de reprodução da agroindustrialização do tabaco.

Nesse aspecto, essas ações constituem fluxos de informações, normas, regulações, interesses corporativos que circulam com intensidade e amplitude desigual no conjunto da rede. Entre esses atores destaca-se: os produtores de tabaco, e suas organizações de classe como a Associação dos Fumicultores do Brasil, a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar da Região Sul, o Movimento dos Pequenos Agricultores, e as federações dos trabalhadores na agricultura dos três Estados do Sul; os trabalhadores na indústria do tabaco, e suas entidades como Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e da Alimentação e Federação dos Trabalhadores na Indústria do Fumo; os diretores das subsidiárias multinacionais no Brasil, os empresários do setor tabaqueiro e sua principal organização no Sul do Brasil, o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (SILVEIRA, 2011).

Os processos de inserção e participação na rede agroindustrial do tabaco dos lugares de produção, de processamento industrial e de comercialização do tabaco na região Sul do Brasil têm sido realizados, a partir e através do modo como os atores sociais que atuam no CAI valorizam, aproveitam e utilizam as possibilidades ofertadas pelos seus atributos e características territoriais.

Dentre algumas dessas variáveis destacamos principalmente as que têm, ao longo do tempo, sido valorizadas pelas agroindústrias multinacionais, a saber:

- O conhecimento tácito entre os agricultores do cultivo do tabaco, notadamente nas áreas de colonização europeia como as de imigrantes alemães e italianos na microrregião de Santa Cruz do Sul no Rio Grande do Sul, e na de Blumenau e de Rio do Sul, em Santa Catarina, e de imigrantes poloneses e ucranianos nas microrregiões de Iratí e de Prudentópolis, no Paraná;

- Um ambiente natural com temperaturas, níveis de precipitação e qualidade do solo adequado à cultura do tabaco, bem como favoráveis à introdução de novas espécies e à intensificação dos níveis de produtividade;
- Uma estrutura fundiária, resultante do processo de colonização, baseada na pequena propriedade e um modo de produção baseado no trabalho familiar que permitem às agroindústrias obter ganhos em termos da gestão da produção e da comercialização do tabaco. Com a instituição do sistema integrado de produção pelas empresas, elas se valem dessa estrutura fundiária para não ficarem dependentes quanto ao fornecimento de tabaco. A reprodução social dos agricultores realizada através do trabalho familiar uma vez combinada com a dinâmica de funcionamento do sistema integrado - como vimos antes – possibilita a subordinação econômica dos pequenos proprietários às empresas, especialmente através da comercialização do tabaco. Nessa, o valor pago ao produtor é inferior ao custo efetivo de produção, considerada aí a reprodução da mão de obra familiar;
- A existência, anterior à instalação das empresas multinacionais, de uma organização espacial pré-existente, sobretudo no caso da cidade de Santa Cruz do Sul e de Rio Negro, com importantes parques industriais de beneficiamento industrial de tabaco, de mão de obra especializada e barata, e de um crescente fluxo de exportação de tabaco. Tais características foram importantes para as agroindústrias multinacionais na medida em que possibilitaram o início das suas atividades aproveitando o capital, o trabalho, e as instalações já existentes;
- As ações do Estado, em suas instâncias municipal, estadual e federal, quanto ao oferecimento de incentivos fiscais, de crédito agrícola, de financiamento da ampliação das atividades industriais, e em relação aos investimentos em infraestrutura básica (água, energia, saneamento, telecomunicação), em vias e meios de transporte, em planejamento e modernização de equipamentos urbanos, e em habitação para a força de trabalho.

Retomando a observação da figura 3 e nos atendo na dinâmica dos fluxos da rede agroindustrial do tabaco, verificamos que existe um conjunto de fluxos originado no território regional que circula, por meio dessa rede, em direção aos demais lugares do complexo agroindustrial e ao mercado internacional. Enquanto resultado das ações e relações entre os atores sociais que atuam no território regional esses fluxos de insumos, de matéria prima (tabaco em folha), de capital, de informação, de normas e regulações constituem-se também em atributos territoriais importantes na relação da região com o CAI do tabaco.

Simultaneamente, podemos também identificar os fluxos que interceptam a região (capital, normas, informação) notadamente a partir das sedes das corporações no exterior. Eles evidenciam que estamos diante de uma região verticalmente integrada à economia globalizada por meio, principalmente, das ações e regulações operadas pelas multinacionais tabaqueiras no mercado mundial.

As práticas e as estratégias adotadas pelos distintos atores em suas relações no âmbito da rede agroindustrial do tabaco apontam para a conformação de uma rede cuja racionalidade de funcionamento revela uma forma organizacional verticalizada, hierarquicamente estruturada e regulada externamente a partir de pontos que sediam corporações transnacionais. Estes pontos, com

a intermediação de pontos que representam suas subsidiárias no país, controlam hegemonicamente o funcionamento da rede, incidindo e condicionando as ações e o desempenho dos demais atores nos pontos e áreas que a integram. Assim, a rede agroindustrial do tabaco expressa em seu funcionamento determinadas relações de poder.

O poder das empresas multinacionais tabaqueiras se manifesta, na medida em que controlam a circulação de recursos (capital, tecnologia, informação e normas) que os demais atores necessitam para sua reprodução, mantendo-os em uma situação de permanente incerteza e dependência, uma vez que são as agroindústrias tabaqueiras que definem a área a ser cultivada, às orientações técnicas quanto à produção, o padrão de classificação do tabaco quando da sua compra e o preço a ser pago, as mudanças organizacionais e produtivas, os novos investimentos ou fechamento de unidades fabris.

Nesse sentido, o poder dessas multinacionais decorre de uma vantagem estrutural no âmbito da rede do tabaco, na medida em que ele é obtido devido a elas estarem mais bem localizadas em relação aos demais atores, do ponto de vista do acesso aos recursos pertinentes, em uma rede onde os recursos e oportunidades são desigualmente distribuídos. Além disso, o exercício desse poder e sua valorização política é resultado da capacidade que essas agroindústrias possuem de, em suas ações no âmbito da rede agroindustrial, articularem diferentes escalas geográficas.

Desde meados dos anos oitenta, a consolidação dessa rede agroindustrial do tabaco tem sido acompanhada por um intenso, mas seletivo processo de modernização, em que o território passou a apresentar um novo conteúdo técnico-científico e informacional. Contudo, refletindo a lógica e a dinâmica do processo de reprodução do capital, a expansão desse novo meio técnico-científico e informacional tem se realizado de modo desigual e com defasagens no conjunto dos lugares da região.

O território regional passou então a ser estruturado e organizado para atender aos requisitos necessários à continuidade da plena racionalização e do funcionamento eficaz do ramo tabaqueiro no âmbito mundial. A organização da rede agroindustrial do tabaco mundial produz um fluxo contínuo e atualizado de normas e informações que permeiam a sua totalidade, circulando por seus distintos segmentos reticulares e articulando diferentes lugares participantes.

Assim, se na escala global em que atuam as agroindústrias multinacionais, a instalação desses objetos e sistemas técnicos no território representa a racionalidade e o ordenamento necessários à reprodução ampliada do capital, na escala regional representa a desordem e a irracionalidade, pelo caráter seletivo e desigual quanto ao uso que oportunizam e pelas implicações sociais e espaciais que promovem (SILVEIRA, 2003; 2007).

Nos espaços rurais, na medida em que o processo de internacionalização da economia local foi processando-se, as multinacionais ampliaram o número de pequenos produtores integrados,

impondo-lhes o seu padrão tecnológico através do incremento e da difusão espacial de normas técnicas e produtivas, como o uso de sementes selecionadas, de um novo calendário agrícola, de agrotóxicos e fertilizantes, além da intensificação no emprego de estufas de tabaco. Essas ações, combinadas, possibilitaram um aumento na produtividade e na qualidade da produção.

Todavia, a modernização do processo de cultivo foi relativa. Em razão principalmente da estrutura fundiária existente na região produtora, e da própria cultura do tabaco demandar, principalmente, o trabalho manual, a modernização não significou nem a mecanização da lavoura nem a ocorrência de mudanças nas relações de produção que continuaram sendo realizadas de forma não tipicamente capitalista, em que a fonte principal do lucro das agroindústrias tem sido a extração do sobretrabalho familiar (VOGT, 1997). O aumento da produção ocorreu acima de tudo pelo aprofundamento do uso e da exploração intensiva da mão de obra familiar, agora subordinada aos interesses e ao receituário técnico das empresas multinacionais e, aos ditames do mercado por elas controlados. Na verdade, a expansão do sistema de integração dos colonos às agroindústrias possibilitou-lhes a obtenção de um tabaco barato, produzido na quantidade, qualidade e com os meios que as empresas desejam (VOGT, 1997)

Ao mesmo tempo, na área rural, os objetivos de maior eficiência, maior produtividade e maior racionalização por parte das agroindústrias multinacionais também se fizeram sentir no âmbito da produção industrial e da comercialização e distribuição do tabaco beneficiado. E, no seu curso, acabaram incidindo, direta e indiretamente, no processo de urbanização das cidades da região.

Pode-se afirmar então que o desenvolvimento da rede agroindustrial do tabaco envolve a existência de importantes vínculos entre a produção do tabaco realizada pelos agricultores, nas áreas rurais, e o beneficiamento e processamento desse produto pela indústria tabaqueira, nas principais cidades da região. Tais vínculos se manifestam pelas formas de aquisição dos insumos pelos produtores; pelo acesso ao crédito rural, intermediado pelas agroindústrias, junto aos bancos; pelas novas normas, regras e regulações que visam assegurar o padrão tecnológico determinado pelas agroindústrias; pelo sistema de transporte operado pelas indústrias, que levam os insumos e trazem o tabaco dos produtores (conhecido como "sistema leva e traz") e, principalmente, pela regulação contratual que o sistema integrado de produção representa (SILVEIRA, 2011).

Nesse sentido, as cidades agroindustriais do tabaco e o sistema urbano regional mobilizado pelo desenvolvimento do complexo agroindustrial do tabaco apresentam um grau cada vez maior de complexidade, uma vez que, embora articuladas em rede, as cidades, além de intimamente vinculadas às suas zonas rurais, apresentam entre si um constante e progressivo processo de diferenciação do seu conteúdo técnico-científico em função das distintas formas como elas se inserem e participam na divisão territorial do trabalho agroindustrial tabaqueiro. Também é desigual o modo como recebem e reagem os efeitos das normas e regulações organizacionais, das mudanças

tecnológicas e das estratégias econômicas definidas pelas corporações transnacionais, bem como as determinações do mercado mundial do tabaco controlado de forma oligopsônica.

Dessa maneira, as cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires no Rio Grande do Sul, Blumenau em Santa Catarina, e Rio Negro no Paraná consolidam-se como importantes suportes logísticos ao processamento industrial e a comercialização do tabaco na região. Estas cidades se destacaram nos últimos vinte anos pela incorporação, ainda que seletiva, em seus territórios de inúmeros e modernos objetos e sistemas técnicos, como distritos industriais, terminais de containers, etc. Sistemas esses, demandados e funcionais, principalmente, à reprodução do capital monopolista internacional que domina a agroindústria do tabaco.

Além disso, a complexificação de suas funções urbanas, especialmente em Santa Cruz do Sul - com o desenvolvimento de um conjunto de atividades complementares a agroindustrialização do tabaco, como financiamento, logística e tecnologia, bem como pela dinamização do comércio e setor de serviços - tem permitido a essas cidades graus maiores de centralidade urbana no âmbito da região, e da rede urbana regional.

Já, as inúmeras pequenas cidades da região, nas últimas três décadas, além de terem apresentado ritmos menores de crescimento de sua população urbana, têm também, diante da atual estrutura econômica, desempenhado o papel de simples pontos de passagem da produção do fumo, que é feita em seu entorno rural, da mão de obra excedente e da renda familiar dos seus agricultores às principais cidades da região.

Como pontos que, basicamente, sediam os poderes executivo e legislativo municipal, um número limitado de estabelecimentos comerciais e de serviços, essas cidades apresentam uma dinâmica econômica e espacial, tradicionalmente dependentes do desenvolvimento da produção agrícola municipal. Nessa condição, muitos têm sido os obstáculos e as dificuldades para uma efetiva modernização e tecnificação dos seus territórios.

Por fim, destacamos como principal reflexo do funcionamento atual da rede agroindustrial fumageira na organização e funcionamento da rede urbana regional, a forte integração vertical da região ao mercado internacional, aliada à grande dependência econômica dos municípios e das cidades em relação aos impostos gerados pela comercialização e exportação do fumo e do cigarro. O que tem tornado os municípios e as economias urbanas mais expostas e suscetíveis às eventuais mudanças que ocorrem no mercado mundial, bem como às recorrentes alterações na política fiscal e de saúde pública do país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação do conceito de rede como instrumento analítico e metodológico para pensar a dinâmica relacional entre um dado complexo agroindustrial e o território representa um recurso importante na compreensão do papel efetivo que o território possui nessa relação, como também quanto aos seus efeitos sobre a organização territorial. Entretanto para que se possa consolidar esse uso do conceito geográfico de rede, e estender sua aplicação, é preciso, antes, produzir novos estudos empíricos em relação a outros complexos agroindustriais, ou mesmo sobre outros ramos produtivos que se organizam de modo sistêmico e dinâmico.

De todo modo, entende-se que esse uso do conceito de rede permite avançar os limites analíticos colocados pela visão setorial presente nas abordagens tradicionais do Complexo agroindustrial. A rede agroindustrial possibilita melhor articular os distintos níveis escalares desde onde os agentes que nela atuam, operam. Ela também permite representar e explicar melhor o modo de organização, o sentido e a intensidade da conexão das ações e dos fluxos que por ela circulam no território.

Observa-se que a dinâmica de funcionamento da rede agroindustrial do tabaco requer uma dada organização espacial, onde um conjunto indissociável de objetos técnicos e de ações viabiliza a articulação e a racionalidade necessárias ao desenvolvimento do processo agroindustrial.

Nesse sentido, a configuração espacial dos circuitos espaciais de produção do tabaco e dos seus círculos de cooperação, revela um padrão de organização espacial que é funcional às empresas multinacionais. Tais circuitos e círculos revelam ainda a busca de uma configuração territorial ideal, que a cada momento seja a mais rentável para as empresas agroindustriais do tabaco.

Assim, a atual divisão do trabalho entre os lugares da região Sul do Brasil informa um uso e uma organização corporativa do território, na medida em que são orientados pela racionalidade hegemônica do capital multinacional tabaqueiro.

Com base nessa razão dominante, o desenvolvimento da agroindustrialização do tabaco se realiza, envolvendo, simultaneamente, o equipamento e a modernização seletiva e desigual dos lugares, quanto ao seu conteúdo técnico-científico e informacional, e a valorização combinada de distintas relações sociais de produção, através da extração do sobretrabalho familiar dos fumicultores nas áreas rurais e a extração de mais-valia dos trabalhadores temporários e efetivos empregados nas usinas de processamento, nos principais núcleos urbanos agroindustriais.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **La era de La información**. La sociedad red. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

CUNHA, A. R. A. de A. Um novo enredo para uma velha história? Uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar. **Texto para Discussão nº 187**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, MG, 2003.

CURRIEN, N. e GENSOLLEN, M. Réseaux de télécommunications et aménagement de l'espace. **Revue Géographique de L'est**, nº 1, 1985. p.47-56.

DELGADO, G. C. **O capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ed. Ícone e Campinas: Ed. Unicamp. 1985.

DIAS, L. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. e SILVEIRA, R.L.L. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.11-28.

DIAS, L. C. O conceito de rede: Emergência e organização. In: CORRÊA, R.L.; CASTRO, I. E. de; e GOMES, P. C. C. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand. 1995. p. 141-162.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura**. São Paulo: Ed.USP, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: IE/Ed.Unicamp. 1996.

GREEN, R. e SANTOS, R. R. dos. Economía de red y reestructuración del sector agroalimentario. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. nº. 162. Octubre-diciembre, 1992.

GUIMARÃES, A. P. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1979.

LAZZARINI, S., CHADDAD, F. e COOK, M. Integrating supply chain and networks analyses: the study de netchains. In: **Journal on Chain and Network Science**. Vol. 1, nº 1. June, 2001. p.7-22.

MARQUES, Eduardo Cesar. **Estado e Redes Sociais**: Permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2000.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Ed. Unesp. 2000.

MORAES, A. C. R. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación en el espacio. In: YANES, L. e LIBERALI, A.M. (org.). **Aportes para el estudio del espacio socioeconómico**. Buenos Aires: Editorial El Coloquio, 1991. p.151-177.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MUSSO, P. **Critique des réseaux**. Paris: PUF, 2003.

OFFNER, J-M. e PUMAIN, D. **Réseaux et territoires – Significations croisées**. Ed. Aube, 1996.

OFFNER, J-M. Territorial deregulation: Local authorities at risk from technical networks. **International Journal of Urban and Regional Research**, Vol. 24, nº 1, march, 2001. p.165-182.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder e territórios produtivos**. São Carlos: Ed.Rima/ Ed. UFSCar, 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Ed. Record, 2001. 472 p.

SFEZ, L. Le réseaux: Du concept initial aux technologies de l'esprit contemporaines. In: PARROCHIA, D. (Org.). **Penser las réseaux**. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 2001. p. 93-113

SILVEIRA, R. L. L. da. **Rede Agroindustrial do fumo e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil**. Relatório de Pesquisa. CNPq, 2011.

SILVEIRA, R. L. L. da. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS**. Tese de Doutorado em Geografia. Florianópolis: UFSC. 2007.

SILVEIRA, R. L. L. da. **Cidade, Corporação e Periferia Urbana**. Santa Cruz: EDUNISC, 2003.

SINDITABACO. **Exportações de tabaco batem recorde histórico em 2012**. Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco. Santa Cruz do Sul, dezembro, 2012.

THOMPSON, G. F. **Between Hierarchies & Markets: The logic and limits of network forms of organization**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

VOGT, O. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul – RS: 1849 – 1993**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

*Trabalho enviado em agosto de 2015
Trabalho aceito em junho de 2016*